

A persistência da tutela: uma leitura de *Utopia autoritária brasileira*, de Carlos Fico

*Priscilla Cagnoni GARCIA*¹

FICO, Carlos. *Utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025. E-book.

Carlos Fico abre sua última obra de forma intrigante, quase sombria. “Melancólica trajetória nacional”, diz o autor, atribuindo a frase ao historiador Francisco Iglésias, por quem Fico nutria grande admiração intelectual (Fico, 2025, seção “Apresentação”)². É dessa “melancólica trajetória” que trata *Utopia autoritária brasileira*. Uma obra extensa, o livro é estruturado em oito capítulos cronologicamente organizados, subdivididos em trinta subcapítulos, e conta a história das intervenções militares na vida política brasileira, desde os anos que culminaram na Proclamação da República até o Golpe Militar de 1964. Mais do que documentar tais interferências, Fico argumenta – num diagnóstico alarmante –, que “o exército brasileiro sempre desrespeitou a democracia [e que] as forças armadas violaram todas as constituições da República (...) e jamais foram punid[as]” (Fico, 2025, seção “Apresentação”).

A principal novidade de *Utopia autoritária brasileira* é a extensão do tema central da obra do autor. Referência indiscutível na historiografia da ditadura militar no Brasil, Carlos Fico, em trabalhos como *Reinventando o otimismo* (1997), *Como eles agiam* (2001), *Além do golpe* (2004), entre outros (Fico, 2008, 2014, 2020), examina os

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge (Inglaterra). Mestra em Antropologia Social pela Universidade de San Diego (Estados Unidos). Pesquisadora da Universidade de Cambridge. Cambridge. Cambridgeshire. Inglaterra. E-mail: pp400@cam.ac.uk.

² Li, para a elaboração desta resenha, o livro em sua versão digital para *Kindle*, que não possui numeração de páginas. Dessa forma, as referências correspondem às seções que aparecem no texto, conforme recomenda a norma da ABNT NBR10520/2023.

mecanismos políticos, institucionais e simbólico-discursivos que possibilitaram o Golpe Militar de 1964, bem como a manutenção do regime durante duas décadas (1964-1985) e seus desdobramentos. Neste livro, porém, a Ditadura e o Golpe de 1964 deixam de aparecer como objetos históricos delimitados, tornando-se parte de uma história mais abrangente das interferências militares na vida pública brasileira. A Ditadura Militar passa, portanto, de tema central a capítulo essencial da história da persistência do autoritarismo militar na política do país.

Fico propõe uma leitura histórica bastante convincente. Isto se deve não só pela forma como escreve – direta, clara, persuasiva e rigorosa no uso de fontes históricas – mas por concatenar as várias insurgências militares ao longo de mais de oitenta anos, a princípio sem ou com pouca relação entre si, através de uma única chave analítico-interpretativa, que o autor denomina “utopia autoritária brasileira”. Em seu argumento, a “utopia autoritária” constitui o cerne de uma *forma mentis*, isto é, de uma espécie de ‘mentalidade militar’ em relação à política e à sociedade civil, que organiza toda a história das insurgências inconstitucionais de militares no Brasil. Para o autor, essa mentalidade funciona não apenas como um dado sociológico que une toda a classe militar ao longo do tempo, dos mais “moderados” aos mais “linha-dura”, mas é o que também permite que a própria interpretação das intervenções militares seja concebida como um processo histórico de longa duração. E é esta a maior contribuição do livro.

Fico, no entanto, vai além. Argumenta que a “utopia” está amparada em algumas crenças fundantes e perigosas que perduram no espaço-tempo: “o desprezo dos militares pela política, seu autoentendimento como superiores aos civis e sua visão da sociedade como despreparada” (Fico, 2025, seção “Conclusão”). Estas crenças, por sua vez, alimentam o autoritarismo militar criando, como disse acima, uma *forma mentis* coletiva engendrada sob um senso de superioridade da classe militar que pode ser elucidado mais ou menos assim: “políticos são corruptos e inescrupulosos, mas militares não”; “o povo precisa ser governado, pois é ignorante”; “militares defendem o país e, por isso, devem ser honrados”, “as Forças Armadas são garantidoras dos poderes constitucionais”³. No decorrer do livro, Fico mostra como esses tropos fundantes da “utopia” encarnam as motivações para os mais diversos tipos de revoltas militares, de

³ Estas frases são paráfrases minhas de várias frases similares que Fico apresenta na *Conclusão* do livro.

insubordinações e insurgências, a golpes e tentativas de golpe que acometem o país desde a fundação da República. Além disso, o autor mostra também como tais insurgências tornaram-se recorrentes na história devido à impunidade e à normalização da ilegalidade dentre uma parcela da classe militar. Estes fatores, argumenta Fico, também alimentam a “utopia”, atribuindo-lhe legitimidade perante o Estado por meio de anistias e punições brandas.

Ao longo da obra, valendo-se de extenso material historiográfico⁴, Fico reconstrói a atuação de personagens importantes nas insurgências militares, bem como as conjunturas específicas que permitiram, nesses oitenta anos, os variados atentados militares contra o Estado. Nos primeiros capítulos, Fico trata do contexto que levou ao golpe militar que deu origem à República e do levante das escolas militares contra o governo de Rodrigues Alves, mostrando a gênese da superioridade militar e dos discursos sobre “honra”, “reconhecimento”, “ética na política” e “defesa da liberdade” que inflamaram não só o debate público à época, desencadeando tais insurgências, mas que continuariam, nas décadas seguintes, a fomentar os sucessivos ataques dos militares contra as constituições.

Nos capítulos seguintes, Fico mostra como esses mesmos discursos se adaptaram a conjunturas históricas diferentes, permitindo a continuação da interferência política e quebra da legalidade pelas Forças Armadas por décadas. Fico analisa a frustrada tentativa do Movimento Tenentista de derrubar dois governos e discute a forte atuação militar que levou à ascensão de Getúlio Vargas, à manutenção do Estado Novo, além da própria dissolução do regime e da deposição de Getúlio em 1945. Nos quatro últimos capítulos, que percorrem dos anos 1950 até o Golpe Militar de 1964, o autor narra as recorrentes interferências militares que se seguiram a partir do final do segundo governo Vargas, cuja dissolução pelos militares foi impedida, conforme argumenta, apenas pelo suicídio do presidente. Nesse contexto, o autor examina a atuação do general Teixeira Lott que, sob o pretexto de salvar a legalidade, encabeçou golpes que impediram as posses de Café Filho e Carlos Luz; o papel de Carlos Lacerda em incitar as Forças Armadas contra Jango e JK, as revoltas de militares da aeronáutica que foram severamente contidas por JK e também “magnanimamente” anistiadas por ele, além da

⁴Fico utiliza cartas, discursos políticos, atas, artigos e documentos de imprensa, além de biografias, anotações e relatos.

participação das Forças Armadas no contexto da renúncia de Jânio Quadros em 1961, sua atuação na instauração do parlamentarismo e, mais tarde, na deposição de Jango com o Golpe de 1964.

Ao debruçar-se, em cada capítulo, sobre casos específicos de crises deflagradas pela ruptura institucional dos militares, Fico expõe os mecanismos de um mesmo padrão; de uma estrutura, a “utopia autoritária”, que está engendrada sob a premissa de que as Forças Armadas têm “papel regulador” e dever “patriótico” de “defesa da nação e da liberdade”. É este mesmo mecanismo que, por meio de sucessivas anistias, fomenta, também, a legitimação dessa própria estrutura, cujos pilares são a persistência da ilegalidade e da impunidade perante a República e a sociedade civil.

Apesar da clara contribuição do livro para a historiografia política e militar brasileira, há também alguns pontos que merecem reflexão. Já na seção “Conclusão”, Fico (2025) sustenta que uma das motivações que perduraram nas empreitadas golpistas dos militares vem:

da visão elitista do ‘povo despreparado’ e da tese simplista de que a corrupção é a causa fundamental de nossos males. De acordo com a perspectiva autoritária, se o povo é despreparado e o sistema político está comprometido, os desvios da Constituição se justificam, sendo o principal a tentativa de tomada do poder pela violência, o golpe de Estado, para o qual as Forças Armadas são indispensáveis.

Discordando, evidentemente, de tal visão, Fico diz que não acredita que “esse quadro tão negativo se deva a características inerentes ao que se costuma genericamente designar como ‘os brasileiros’ ou ‘o Brasil’” (Fico, 2025, seção “Conclusão”), mas atribui a “persistência da utopia autoritária (...) a uma determinada configuração econômica, social, política e jurídica de viés excludente que todos conhecemos. Historicamente falando, temos pouco tempo de vivência democrática (...)” (Fico, 2025, seção “Conclusão”). A correlação que Fico faz entre autoritarismo militar e o empobrecimento da experiência democrática no Brasil está clara, e concordo com seu argumento. Também concordo com seu posicionamento de que não se trata ‘do Brasil’ ou ‘dos brasileiros’ e que o país tem estruturas socioeconômicas, jurídicas e políticas que alijam boa parte da população. O que não ficou tão claro, a meu ver, foi em que medida “a persistência da utopia autoritária” é sustentada por essa estrutura excludente. É a exclusão que alimenta o autoritarismo da classe militar, fazendo-a crer que deve

influenciar o país porque a população não teria condições intelectuais nem materiais para conduzir a vida pública? Ou, o alijamento da população alimenta, como força apoiadora na base, a classe militar que já possui em si mesma essa mentalidade utópico-autoritária?

Essas perguntas são importantes porque, no caso recente do bolsonarismo, e do que algumas alas mais radicais desse movimento chamavam de “intervencionismo”, o que vimos foi uma parte da população, como também houve no passado de forma persistente, indo ao encontro dos anseios utópico-autoritários militares. Era preciso “salvar o Brasil da corrupção, do comunismo, da esquerda”, diziam esses discursos, vindos tanto de militares quanto de civis simpáticos a eles, alimentando e legitimando a própria “utopia”.

Outro ponto delicado dessa discussão é que, em lugares onde a experiência democrática é mais sólida, como é o caso dos Estados Unidos, França e Reino Unido, houve, nos últimos dez anos, uma “virada à direita” também ancorada em discursos similares ao tropo brasileiro sobre corrupção, comunismo e direitos humanos associados à “esquerda” ou ao “progressismo”. Dessa forma, enquanto o militarismo persistente no cenário brasileiro parece definir o arranjo político e histórico dos eventos, o empobrecimento duradouro da experiência democrática como força que alimenta a “utopia autoritária brasileira” precisa ser elucidado melhor: de que forma ele atua na relação entre a persistência da utopia, o alijamento da população e o apoio aos militares por parte da população no Brasil? De que forma a *Utopia autoritária brasileira*, como formação histórica, emerge desse mecanismo relacional e/ou dá sustentação a ele? Parece-me que estamos falando, para o caso brasileiro, de uma via de mão dupla em que o autoritarismo militar depende do apoio civil e, por vezes, até do Estado, para legitimar a ruptura com a legalidade e a conspiração contra a ordem constitucional.

As críticas apontadas aqui, entretanto, não diminuem a contribuição da obra. Como argumentei anteriormente, o livro usa de forma rigorosa fontes primárias para narrar a história das interferências militares no Brasil sob uma perspectiva de longa duração, a chamada *longue durée*, cujo valor, como há muito assinalou Braudel (1958), reside precisamente em transcender as especificidades episódicas dos acontecimentos históricos para lhes atribuir uma análise que privilegia a similaridade e a continuidade

como fios condutores do tempo histórico. Para mim, é justamente esse método de análise historiográfica, mais desafiador e intelectualmente mais sofisticado, que torna esta última obra de Fico trabalho fundamental no debate historiográfico sobre o autoritarismo militar brasileiro ao lado de outras obras importantes sobre o assunto (Castro; D'Araújo, 2001; D'Araújo, 2010; D'Araújo; Rezende, 2024; Dreifuss, 1981; Martins Filho, 2021; Motta, 2021; Napolitano, 2014; Skidmore, 1993; Soares, 2006; Stepan, 1975, 1986, 2009). Assim, considero *Utopia autoritária brasileira* nada menos do que uma leitura imprescindível para entender a gênese e a persistência do autoritarismo militar no Brasil.

Referências

- Braudel, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. Paris, v. 13, n. 4, p. 725-753, dez. 1958. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781. Acesso: 20 mar. 2026.
- Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- D'Araújo, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- D'Araújo, Maria Celina; Rezende, Lucas Pereira. *Forças Armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)*. Rio de Janeiro: FGV, 2024. v.1. E-book.
- Dreifuss, Renê. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Fico, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- Fico, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Fico, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- Fico, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras & posts*. [s.l]:[s.n.], 2020. E-book.
- Martins Filho, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Zahar, 2021.
- Napolitano, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

- Skidmore, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-1985*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Soares, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: UNESP, 2006.
- Stepan, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- Stepan, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- Stepan, Alfred. *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. London: Yale University Press, 2009.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/03/2026
Aprovado em: 19/06/2026